

PROCESSADO
NO SISTEMA



SERVIOESTE

Prefeitura Municipal de Saquarema

5408 2022
24/03/2022
02 Rubrica: 4

**ILUSTRÍSSIMO (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SAQUAREMA - RJ**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022

SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 14.470.588/0001-51, estabelecida na Rua 1 B São Francisco nº 250, Distrito Califórnia, na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, por seu representante legal Sedenir Balbinot, vem à presença de Vossa Excelência para apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao **Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022**, amparada na Lei nº 8.666/93, pelos motivos de fato e fundamentos de direito a seguir expostos:

I - DOS FATOS

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA/RJ**, publicou o Edital epigrafado, cujo objeto consiste na "Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta containerizada e transporte de resíduos sólidos domiciliares feita em caminhão compactador dotado de telemetria; coleta tradicional e transporte de resíduos sólidos em caminhão compactador de 6m³; **coleta, transporte, tratamento, trituração e disposição final de resíduos de saúde**, incluindo o gerenciamento dos serviços; apoio à coleta seletiva; desobstrução de redes e galerias pluviais utilizando caminhão munido de equipamento para hidrojateamento combinado a sucção a vácuo; e remediação e operação de local de destinação final de resíduos sólidos, com manutenção de célula para depósito de resíduos sólidos; sistema de drenagem de águas (superficial e subterrânea), sistema de drenagem de gases e sistema de drenagem de

OUVIDORIA: 0800 031 9696

www.servioeste.com.br

Servioeste Chapecó/SC - MATRIZ
Rodovia SC 283, Km 05, Caixa Postal 77 - CEP: 89.801-973 - Chapecó/SC
Fone: (48) 3361-9990 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br

Servioeste Pescaria Brava/SC
Rodovia BR 101, S/N, Zona Rural, KM 322 - CEP: 88.798-000 - Pescaria Brava/SC
Fone: (48) 3186-8380 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br

Servioeste Maringá/PR
Estrada Pingüim, nº 109, Lote 8, Parque Industrial Mário Bulhões, Caixa Postal 30 - CEP: 87.065-676 - Maringá/PR
Fone: (44) 3082-6469 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br

Servioeste Cascavel/PR
Rodovia BR-277, S/Nº, Km 272, Condomínio Pq. Industrial Cível, CEP: 85818-090 - Cascavel Velho - Cascavel/PR
Fone: (45) 3197-8010 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br

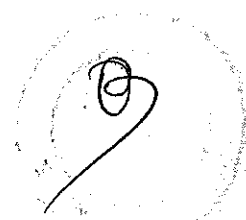
Servioeste Canoas/RS
Rua Claudino Gazzzi, 255, Bairro São Luiz, CEP: 92.420-037 - Canoas/RS
Fone: (51) 3472-9635 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br

Servioeste Barra do Piraí/RJ
Rua 1, Nº 250, Bairro São Francisco, Distrito Califórnia, CEP: 27.165-000 - Barra do Piraí/RJ
Fone: (24) 4005-2501 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br

Servioeste Quimadas/RJ
Rua Poicu, 365, Bairro Campo Alegre, CEP: 25.373-250 - Quimadas/RJ
Fone: (21) 2663-1165 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br

Servioeste Campos dos Goytacazes/RJ
Rua Carlos Drummond de Andrade, nº 58, Loja 01 - Pq. Rodoviário - Cond. Sonho Dourado - CEP: 28.010-900
Campos dos Goytacazes/RJ Fone: (22) 3199-5908 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br

Servioeste Patos de Minas/MG
Estrada Poço de Minas / Bossara Km 1,5, S/N, Zona Rural, Caixa Postal 35, CEP: 38.700-970
Patos de Minas/MG Fone: (34) 3825-7481 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br



líquidos percolados, conforme especificações constantes do Projeto Básico (ANEXO I) deste edital" (Grifos nossos).

A licitação é na modalidade Concorrência Pública nº 001/2022, tendo como critério de julgamento menor **PREÇO GLOBAL**.

Com todo o respeito e admiração à lavra do(a) Ilustríssimo(a) Presidente da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, que sábia e costumeiramente elaborou brilhantes editais, resultando nas grandes contribuições a esta Administração Pública com vosso competente trabalho, no caso em exame, alguns pontos, data máxima vênia, merecem ser revistos, para ao final, ser retificados, conforme restará claro entrelinhas.

A Impugnante tem interesse em participar da licitação. No entanto, da análise do aludido instrumento convocatório e seus anexos, a ora IMPUGNANTE identificou exigências que, venia concessa, não guardam consonância com as regras e princípios aplicáveis às licitações e que restringem amplamente o caráter competitivo do certame.

Por este motivo, e considerando o dever da Administração Pública de possibilitar disputa igualitária entre os potenciais interessados no contrato e priorizar o encontro da proposta mais vantajosa para o poder público, é que se apresenta esta Impugnação, objetivando a adequação/alteração do edital nas questões a seguir identificadas:

II. FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA IMPUGNAÇÃO

II.1. Da ilegalidade da aglutinação do objeto licitado



108

de manejo dos resíduos de serviços de saúde, e, raramente se vê uma empresa que faça todo o objeto licitado, certamente, se o Edital continuar da forma como ela, o número de participantes reduzira para praticamente 1 (uma) que terá o monopólio desta contratação.

Sendo assim, ao promover a contratação conjunta dos serviços de coleta dos resíduos urbanos e dos serviços de **coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviço de saúde** (os quais deveriam ser contratados separadamente) a administração está restringindo o número de empresas que participação do certame, desatendendo ao disposto na Lei 8.666/93 e ao posicionamento do Tribunal de Contas.

Vale esclarecer que a coleta dos resíduos urbanos e a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviço de saúde são parcelas totalmente diferentes, os caminhões não podem ser os mesmos, os EPIs, os recipientes de armazenamento, resíduos urbanos não necessitam de tratamento e podem ir direto ao aterro licenciado, ou reciclados.

Já os resíduos de saúde são altamente infectantes, coletados em caminhões específicos, em recipientes específicos, necessitam de tratamento, não podem ser reciclados etc.

A gama de empresa especializadas na coleta de resíduos de saúde é maior que de resíduos urbanos, e considerando essa diferença no manejo de ambos, é que a empresas optaram por se especializar em um seguimento, como dito acima, são raras as empresas que fazer todo o objeto no país.

Nesse sentido, a ilegalidade do ato fica caracterizada por violar expressamente o que dispõe o artigo 15, IV e 23, §1º da Lei 8.666/93, que determina como regra para contratação pelo poder público, a contratação **dividida** dos serviços:

8



A Lei nº 8.666/93 é explícita ao determinar o parcelamento do objeto como regra, conforme se verifica do art. 15, IV, e do art. 23, §1º:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: (...) IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...) § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Logo, a prática adotada pelo município afronta o disposto no art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993 que veda a adoção de cláusulas ou condições que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame.

Ademais, deve-se ressaltar ser exatamente essa é a orientação dos Tribunais de Contas, como por exemplo do Estado do Paraná, que chegou a determinar a suspensão do processo licitatório de Clevelândia, que estava sendo promovido no mesmo formato previsto no edital ora impugnado, qual seja, o de contratar em lote único a coleta e a destinação final, conforme se verifica na notícia veiculada no site do TCE (<https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/clevelandia-tem-licitacao-para-a-coleta-de-lixo-suspensa-por-cautelardo-tce-pr/6806/N>).





07

Nesse sentido, destaca-se o seguinte trecho:

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), por meio de medida cautelar emitida pelo conselheiro Ivan Bonilha, suspendeu o andamento do Pregão Presencial nº 8/2019, lançado pela Prefeitura de Clevelândia, na Região Sul paranaense. A licitação tem como objetivo a concessão dos serviços públicos de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos. O valor máximo previsto é de R\$ 864 mil para contratação por um ano. O ato foi provocado por Representação da Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos) interposta pela empresa Sabiá Ecológico Transportes de Lixo. Na petição, a licitante indicou a existência de uma série de irregularidades no edital do certame, cuja sessão pública estava marcada para o dia 10 de abril. Segundo a representante, o documento previa a inabilitação das licitantes que não apresentassem, no mínimo, dois atestados de capacidade técnica, além de licença ambiental e proposta em mídia digital, junto à impressa. Para o relator do processo, as exigências extrapolaram a relação estabelecida pelos artigos 27 a 31 da Lei de Licitações e Contratos, que normatizam o assunto. Bonilha acolheu ainda o argumento da Sabiá Ecológico de que houve insuficiente divisão de lotes na licitação. Segundo o conselheiro, a legislação que rege o tema prevê que o objeto da disputa deve ser fracionado no maior número possível de parcelas, desde que haja viabilidade para tanto. (...) g.n

8



08

Ademais, acerca da questão, o **Tribunal de Contas da União**, para garantir a maior participação de licitantes em um certame, assim consolidou o seu posicionamento acerca da obrigatoriedade do fracionamento do objeto, por meio da **Súmula 247**:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Como se não bastasse a obrigatoriedade para que a licitação seja realizada por item, não se encontra no edital nenhuma justificativa para que o objeto seja aglutinado da forma realizada.

Em decisões recentes (Acórdão nº. 1.830/2010 - TCU – Plenário. Data do Julgamento: 28/07/2010. Relator: Augusto Sherman Cavalcanti; TCU. Acórdão n.º 1644/2010-Plenário, TC-009.804/2009-8, rel. Min-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti, 14.07.2010; TCU. Acórdão 1.895/2010-Plenário. DJ: 04/08/2010), o TCU julgou irregulares licitações cujo objeto foi elaborado sem o devido parcelamento, de natureza obrigatória, ou seja, que apresentavam escopo de serviços bastante amplo, como no caso do Acórdão 1.895/2010 – Plenário, pelo qual determinou à Fundação Universidade do Amazonas que, doravante, em futuros procedimentos licitatórios, efetue o parcelamento do certame quando os serviços forem distintos, a exemplo de “serviços de conservação e limpeza” e “serviços de transporte de resíduos sólidos inertes”, o que se assemelha ao caso

8



em apreço.

A decisão mais atual dessa Corte de Contas aduz:

“há que se lembrar, que os serviços técnicos, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática, devem ser divididos por área, visto que o mercado atua de forma segmentada por especialização e, desse modo, é esperada competitividade mais acirrada, com reflexos diretos nos preços ofertados e na qualidade dos serviços prestados.

[...]

9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;” (Acórdão nº. 1214/2013 – Plenário)

Ora, quanto maior a especialização do objeto maior a necessidade de parcelamento, tendo em vista a necessidade de ampliação da competitividade e contratação da proposta mais vantajosa. Assim decidiu o TCU no Acórdão nº. 1.403/2016 – Plenário, ao definir que “o parcelamento do objeto deve ser adotado na contratação de serviços de maior especialização técnica, sendo desnecessário nos serviços de menor especialização”.

Não se pode olvidar que a concentração desses dois serviços (manejo de resíduos urbanos comuns e manejo de resíduos de saúde infectantes) em um único objeto mitiga a competitividade do certame, desrespeitando o que preconiza o dispositivo do art. 3º, §1º, I, da Lei nº. 8.666/93, o qual preconiza ser inadmissível a inclusão de cláusulas que mitiguem o caráter competitivo do torneio.



10

Na situação em exame, as cláusulas impugnadas comprometem a competitividade do certame licitatório. Portanto, evidencia-se que no caso em apreço há flagrante afronta à Constituição Federal de 1988, à Lei nº. 8.666/93 e Acórdãos do Tribunal de Contas da União, mitigando-se a competitividade do certame.

Com o objetivo de contratar a proposta mais vantajosa, cumpre ao Administrador incrementar a competitividade do torneio, possibilitando, assim, a participação do maior número de licitantes, pois a redução da disputa certamente afeta a economicidade da contratação, prejudicando a escolha da melhor proposta, conforme já se manifestou o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o qual decidiu que "o rigorismo excessivo, sem conteúdo substancial, pode restringir o número de concorrentes e prejudicar, por via de consequência, a escolha da melhor proposta". (TJPR - Ac. 31525 - Ag Instr 0453879-0 - 4ª CCv - Rel. Adalberto Jorge Xisto Pereira - DJPR 7664 de 25/07/2008).

Assim, resta evidenciado que a ausência do parcelamento do objeto do edital ocasionará prejuízos à vantajosidade do certame, porquanto será indevidamente vedado o acesso de licitantes com amplas condições de ofertar a proposta mais vantajosa para cada licitado. Nesse sentido ensina Carlos Pinto Coelho Motta:

Como é sabido e exaustivamente reiterado na legislação, o princípio constitucional da economicidade é a própria razão de ser do instituto da licitação, figurando com destaque no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e exigindo que o procedimento represente vantagem concreta da Administração na contratação do bem ou serviço. [...] Quando, por qualquer motivo, deixa de ser vantajoso para o órgão ou entidade licitadora, perde seu núcleo instrumental e torna-se ineficaz.

8



Cumpre, então, eliminar todo elemento que não favoreça o epílogo necessário do certame – ou seja, a contratação do objeto exato pelo melhor preço. (In. Apontamentos ao regulamento licitatório das microempresas e empresas de pequeno porte – Decreto nº. 6.204/2007. Revista Zênite de Licitações e Contratos – ILC. ed. 166. Brasília. Zênite. Dez/2007, pág 11/9)

Não se afigura razoável excluir pessoas jurídicas capazes, técnica e economicamente, de ofertar a proposta mais vantajosa para a Administração em relação a serviços isolados. Óbvio que o parcelamento do objeto, com o lançamento de duas licitações distintas ou de um certame devidamente dividido em itens (com a possibilidade de participação no item de resíduos de serviços de saúde – infectantes – sem a obrigatoriedade de atender também os resíduos comuns urbanos), possibilitaria participação das licitações ou lotes referentes aos serviços que reúne a aptidão necessária.

Por fim, vale ressaltar que não há no Edital e seus Anexos da licitação justificativa razoável e proporcional para indivisibilidade do objeto.

Não há motivo técnico que justifique a aglutinação do objeto. Muito pelo contrário, o que se sabe é que se contratar empresas especializadas em resíduos de saúde e empresas especializadas em resíduos urbanos se tem ainda mais segurança na prestação dos serviços, uma vez que são objetos com manejo completamente diferentes.

Ademais, cumpre que a Administração do Município torne público



os Estudos Preliminares que justificam a ausência de parcelamento do objeto. Houve pesquisa no mercado para saber da existência de uma pluralidade de interessados com acervo técnico para os dois objetos? Se sim, quantos interessados foram identificados? Quais empresas participaram da pesquisa de preços? Essas empresas possuem a capacidade técnica exigida no Edital?

Dessa forma, evidencia-se que instrumento convocatório é ilegal, porquanto não executou o devido parcelamento do objeto, prejudicando a participação de um maior número de empresas ao juntar serviços com especialização distintas.

Portanto, ante todos os motivos expostos, faz-se essencial a suspensão da Concorrência Pública 001/2022, para a revisão do respectivo Edital e divisão dos serviços correspondentes a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde – individualizando os mesmos, permitindo que as empresas especializadas em resíduos de saúde possam participar do certame e ampliar vantajosidade das propostas, como forma de garantir a ampla competitividade, isonomia e segurança, sob pena de nulidade do certame por violação aos o art. 3º, § 1º, I, 15, IV e 23, §1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e jurisprudências.

III - REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer:

O recebimento e processamento da presente impugnação, na forma da Lei;



A suspensão preventiva do processo licitatório, e por conseguinte, dos atos previstos para serem realizados no dia 29/03/2022 até que a presente Impugnação seja devidamente apreciada e julgada conforme a Lei;

Diante de todo o exposto, dada a razoabilidade dos questionamentos e com vistas a satisfação dos princípios norteadores da atividade administrativa e do próprio procedimento licitatório, requer e espera que os Nobres Julgadores, com todo o saber jurídico, conheçam e DEEM TOTAL PROVIMENTO À PRESENTE IMPUGNAÇÃO, para o fim de retificar as disposições editalícias aqui questionadas expressamente, a fim de que o processo licitatório se desenvolva em consonância com as diretrizes legislativas que o devem conduzir.

No restante, pugna, após as necessárias adequações, seja o presente edital publicado com sua nova redação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, nos termos da Lei 8.666/93, pois assim agindo estarão Vossas Senhorias convictos de estarem patrocinando a legítima e irretorquível JUSTIÇA!

Para o caso de se julgar improcedente a impugnação – o que não se espera, mas se admite a título de argumentação –, requer desde logo a produção de cópia de todo o processo administrativo que compõe a presente licitação, a qual deverá ser enviada para o e-mail juridico02@servioeste.com.br e ou gerenterj@servioeste.com.br.

Pleiteia-se, ainda, não sendo este o entendimento desta Comissão



Permanente de Licitação, desde já, que a presente impugnação seja encaminhada para análise da autoridade superior.

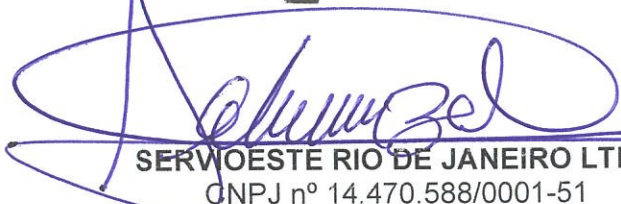
Termos em que, aguarda deferimento.

Fazem parte desse pedido os documentos abaixo listados;

- 1- Pedido de impugnação composto de 13 páginas;
- 2- Cópia do contrato social;
- 3- Documentos dos administradores;
- 4- Cópia autenticada da procuração do autorgado;
- 5- Cópia autenticada do documento pessoal do procurador;

14.470.588/0001-51
SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA.
Rua 1-B São Francisco, 250
Califórnia - CEP 27.165-000
Barra do Pirai-RJ.

Barra do Pirai/RJ, 23 de março de 2022.


SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA
CNPJ nº 14.470.588/0001-51
Sedenir Balbinot
CPF 015.322.939-09
Procurador



SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA

CNPJ N.º 14.470.588/0001-51
NIRE N.º 33209102966

QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Por este instrumento particular de alteração de contrato social e consolidação de sociedade empresaria limitada, as partes contratantes a seguir individualizadas:

01) MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A. pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 877 L, Bairro Maria Goretti, CEP 89.801-418, inscrita no CNPJ sob n.º 26.942.460/0001-22 e, com seu Estatuto Social registrado/arquivado na Junta Comercial de Santa Catarina sob NIRE n.º 42300044695 em 18/01/2017, neste ato representado por seus Diretores: **SANDRA MARTA BALBINOT**, brasileira, casada no regime de Comunhão parcial de bens, natural de Chapecó, SC, empresária, residente e domiciliada na cidade de Chapecó, SC, na Rua Montevideo, n.º 20 E, Bairro Maria Goretti, CEP: 89801-455, portadora da Cédula de Identidade n.º 2759492 SESP/SC e do CPF sob n.º 018.815.809-03 e **JEFFERSON DOACYR BALBINOT**, brasileiro, divorciado, maior, nascido em 27/10/1981, empresário, natural de Chapecó-SC, residente e domiciliado na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Rua Pioneiro Lázaro Claro da Silva, n.º 946, sobrado, Bairro Jardim Higienópolis, CEP 87060-530, portador da Cédula de identidade n.º 13.047.492-6 SESP/PR e, do CPF n.º 034.244.159-01.

02) SJDC PARTICIPAÇÕES S.A. pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 877 L, Bairro Maria Goretti, CEP 89.801-418, inscrita no CNPJ sob n.º 26.942.521/0001-51 e, com seu Estatuto Social registrado/arquivado na Junta Comercial de Santa Catarina sob NIRE n.º 42300044687 em 18/01/2017, neste ato representado por seus Diretores: **SANDRA MARTA BALBINOT**, brasileira, casada no regime de Comunhão parcial de bens, natural de Chapecó, SC, empresária, residente e domiciliada na cidade de Chapecó, SC, na Rua Montevideo, n.º 20 E, Bairro Maria Goretti, CEP: 89801-455, portadora da Cédula de Identidade n.º 2759492 SESP/SC e do CPF sob n.º 018.815.809-03 e **DAYANE CRISTINA KEHL BALBINOT**, brasileira, solteira, maior, nascida em 18/05/1988, empresária, natural de Chapecó, SC, residente e domiciliada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na Rua Ary Carvalho Porto, n.º 231 D, Apto 205, Ed Ruby, Bairro Universitário, CEP: 89812-188, portadora da Cédula de Identidade n.º 4.077.235-7 SSP/SC e do CPF sob n.º 010.579.229-27.

ÚNICOS sócios componentes da sociedade **SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na cidade de Barra do Pirai, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua I B São Francisco, n.º 250, Bairro California, CEP: 27165-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.470.588/0001-51 e com seu Contrato social Constitutivo registrado/arquivado na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob NIRE n.º 33209102966 em 17/10/2011, e alterações posteriores, da mesma forma registradas/arquivadas na Junta Comercial do Rio de Janeiro, sendo a última sob o n.º 00003033042 e NIRE 33209102966 em 26/04/2017, com o estabelecimento filial a seguir identificado: **FILIAL N.º 01** estabelecida na cidade de Queimados, Estado do Rio de Janeiro, sito na Rua Poaçu, S/N, Campo Alegre, CEP 26373-250, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.470.588/0002-32 e NIRE n.º 33901322854.

Deliberando por unanimidade, consoante faculdade estabelecida pelo parágrafo 3º do art. 1.072, da lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), na melhor forma da lei e do direito: **RESOLVEM**, de comum e perfeito acordo, alterar seu Contrato Social Constitutivo, mediante as cláusulas e condições a seguir aduzidas:



PRIMEIRA

DA ALTERAÇÃO DO OBJETIVO SOCIAL

A Sociedade inclui as seguintes atividades em seu objeto social.

- 5240-1/01 - Operação de aeroportos e Campos de Aterrissagem;
- 5240-1/99 - Serviços de Movimentação de Cargas e Bagagens em Terminais aeroportuários (Aeroportos);
- 5231-1/02 - Atividades de operador portuário;
- 5231-1/02 - Serviços de carga e descarga de embarcações;
- 5240-1/99 - Serviço de Limpeza de Interiores de Aeronaves;
- 5212-5/00 - Serviços de movimentação de carga;
- 5212-5/00 - Serviços de Carga e descarga com locação de mão de obra e equipamento de movimentação ao contratante;

Diante da inclusão das atividades acima descritas com seus respectivos CNAE(S), os sócios resolvem incluir a descrição dos CNAE(S) também dos objetivos sociais já existentes na Quarta Alteração Contratual e assim passa a empresa a ter o seguinte objetivo social:

- 3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos
- 3811-4/00 - Coleta de resíduos não perigosos
- 4761-0/03 - Comércio Varejista de embalagens de papel e papelão
- 4789-0/99 - Comércio Varejista de embalagens em geral
- 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
- 4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
- 3821-1/00 - Tratamento e disposição de resíduos não- perigosos
- 3822-0/00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos
- 5240-1/01 - Operação de aeroportos e Campos de Aterrissagem;
- 5240-1/99 - Serviços de Movimentação de Cargas e Bagagens em Terminais Aeroportuários (Aeroportos);
- 5231-1/02 - Atividades de operador portuário;
- 5231-1/02 - Serviços de carga e descarga de embarcações;
- 5240-1/99 - Serviço de Limpeza de Interiores de Aeronaves;
- 5212-5/00 - Serviços de movimentação de carga;
- 5212-5/00 - Serviços de Carga e descarga com locação de mão de obra e equipamento de movimentação ao contratante;

SEGUNDA

DA ELEVACÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social que era de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) dividido em 230.000 (Duzentos e trinta mil) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (Um real) cada quota, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país é neste ato elevado para R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais), divididos em 3.000.000 (três milhões) de quotas de R\$ 1,00 (Um real) cada uma.

Parágrafo primeiro - Os sócios integralizam a elevação do capital social, em moeda corrente do País, o valor total das quotas subscritas, conforme abaixo:

O Sócio **SJDC PARTICIPAÇÕES S.A.**, já qualificado no preâmbulo, que é possuidor de 138.000 (Cento e trinta e oito mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada quota, neste ato subscrive R\$1.662.000,00 (Um milhão e seiscentos e sessenta e dois mil reais) divididos em 1.662.000 (Um milhão e seiscentos e sessenta e duas mil) quotas de R\$1,00 (Um real) cada quota, e integraliza neste ato o valor de R\$ 1.002.000,00 (Um milhão e dois mil reais) divididos em 1.002.000 (Um milhão e duas mil) quotas a



R\$1,00(Um real) cada quota em moeda corrente nacional, e fará a integralização do restante dos R\$ 660.000,00 (Seiscentos e sessenta mil reais) até a data de 31/12/2022.

O Sócio **MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A.** já qualificado no preâmbulo, que é possuidor de 92.000 (Noventa e duas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada quota, neste ato subscreve R\$ 1.108.000,00 (Um milhão e cento e oito mil reais) divididos em 1.108.000 (Um milhão e cento e oito mil) quotas de R\$ 1,00 (Um real) cada quota, e integraliza neste ato o valor de R\$ 668.000,00 (Seiscentos e sessenta e oito mil reais) divididos em 668.000 (Seiscentos e sessenta e oito mil) quotas a R\$1,00(Um real) cada quota em moeda corrente nacional, e fará a integralização do restante dos R\$ 440.000,00 (Quatrocentos e quarenta mil reais) até a data de 31/12/2022.

Assim, o Capital Social integralizado passa a ser de R\$ 1.900.000,00 (Um milhão e novecentos mil reais) neste ato e a ser integralizado até 31/12/2022 o valor de R\$ 1.100.000,00 (Um milhão e cem mil reais) em moeda corrente nacional.

O Capital social é elevado para R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais), dividido em 3.000.000,00 (Três milhões de quotas) no valor nominal de R\$1,00(Um real) cada, a serem integralizadas em moeda corrente do país conforme acima descrito, assim subscritas:

Quotistas	Nº de Quotas	Valor	Percentual
S.JDC PARTICIPAÇÕES S.A	1.800.000	R\$1.800.000,00	60%
MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A	1.200.000	R\$1.200.000,00	40%
TOTAL	3.000.000	R\$3.000.000,00	100%

TERCEIRA DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DOS REPRESENTANTES DOS SÓCIOS

A representante **Sandra Marta Balbinot** altera seu endereço para Rua Lauro Muller, 401 E, Apartamento 801 - Edifício Lauro Muller, no bairro Centro, em Chapecó - SC - Cep: 89801-600, o representante **Jeferson Doacyr Balbinot** altera seu endereço para Rua Aurélio Rôloto, 213, Apartamento 401 - Bloco B - Edifício Olympos - no bairro Mar Grosso em Laguna - SC - Cep: 88780-000 e **Dayane Cristina Kehl Balbinot** altera seu endereço para Rua Marechal Floriano Peixoto, 8771, no Bairro Maria Goretti, em Chapecó - SC - Cep: 89801-418.

QUARTA DA CONSOLIDAÇÃO

Em face a alteração aqui pactuada, os sócios consolidam o instrumento do contrato social, passando a sociedade a reger-se pelas cláusulas e condições seguintes:

MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A. pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 877 L, Bairro Maria Goretti, CEP 89.801-418, inscrita no CNPJ sob nº 26.942.460/0001-22 e, com seu Estatuto Social registrado/arquivado na Junta Comercial de Santa Catarina sob NIRE nº 42300044695 em 18/01/2017, neste ato representado por seus Diretores: **SANDRA MARTA BALBINOT**, brasileira, casada no regime de Comunhão parcial de bens, natural de Chapecó, SC, empresária, residente e domiciliada na cidade de Chapecó, SC, na Rua Lauro Muller, 401 E, Apartamento 801 - Edifício Lauro Muller, no bairro Centro, Cep: 89801-600 e **JEFERSON DOACYR BALBINOT**, brasileiro, divorciado, maior, nascido em 27/10/1981, empresário, natural de Chapecó-SC, residente e domiciliado na cidade Laguna - SC, na Rua Aurélio Rôloto, 213, Apartamento 401 - Bloco B - Edifício Olympos - no bairro Mar Grosso - Cep: 88780-000, portador da Cédula de identidade nº 13.047.492-6 SESP/PR e, do CPF nº 034.244.139-01.

SJDC PARTICIPAÇÕES S.A pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na cidade de



Chapécó, Estado de Santa Catarina, na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 877 L, Bairro Maria Goretti, CEP 89.801-418, inscrita no CNPJ sob nº 26.942.521/0001-51 e, com seu Estatuto Social registrado/arquivado na Junta Comercial de Santa Catarina sob NIRE nº 42300044687 em 18/01/2017, neste ato representado por seus Diretores: **SANDRA MARTA BALBINOT**, brasileira, casada no regime de Comunhão parcial de bens, natural de Chapécó, SC, empresária, residente e domiciliada na cidade de Chapécó, SC, na Rua Lauro Muller, 401 E, Apartamento 801 - Edifício Lauro Muller, no bairro Centro - Cep: 89801-600, portadora da Cédula de Identidade nº 2759492 SESP/SC e do CPF sob nº 018.815.809-03 e **DAYANE CRISTINA KEHL BALBINOT**, brasileira, solteira, maior, nascida em 18/05/1988, empresária, natural de Chapécó, SC, residente e domiciliada na cidade de Chapécó - SC, na Rua Marechal Floriano Peixoto, 877L no Bairro Maria Goretti, Ccp: 89801-418, portadora da Cédula de Identidade nº 4.077.235-7 SSP/SC e do CPF sob nº 010.579 229-27.

Únicos sócios componentes da sociedade **SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na cidade de Barra do Pirai, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua 1 B São Francisco, nº 250, Bairro Califórnia, CEP. 27165-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.470.588/0001-51 e com seu Contrato social Constitutivo registrado/arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE nº 33209102966 em 17/10/2011, e alterações posteriores, da mesma forma registradas/arquivadas na Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro, sendo a última sob o nº 00003033042 e NIRE 33209102966 em 26/04/2017, com o estabelecimento filial a seguir identificado: **FILIAL Nº 01** estabelecida na cidade de Queimados, Estado do Rio de Janeiro, sito a Rua Poacu, S/N, Campo Alegre, CEP 26373-250, inscrita no CNPJ sob o nº 14.470.588/0002-32 e NIRE nº 33901322854.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL - DA SEDE - DO OBJETIVO - DO INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO:

Cláusula 1ª - A sociedade gira sob a denominação social: **SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA**.

Cláusula 2ª - A sociedade vigora sob a forma de sociedade empresária limitada e é regida por este Contrato Social, nas omissões deste, pela Lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro) e, supletivamente pelas normas das Sociedades Anônimas.

Cláusula 3ª - A sociedade mantém sua sede e foro jurídico na cidade de Barra do Pirai, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua 1 B São Francisco, nº 250, Bairro Califórnia, CEP. 27165-000, podendo estabelecer filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional e, também no exterior.

§ Único: A Sociedade mantém o seguinte estabelecimento filial:

- **FILIAL Nº 01** estabelecida na cidade de Queimados, Estado do Rio de Janeiro, sito na Rua Poacu, S/N, Campo Alegre, CEP 26373-250, inscrita no CNPJ sob nº 14.470.588/0002-32 e NIRE nº 33901322854.

Cláusula 4ª - A sociedade tem como objetivos sociais:

- 3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos
- 3811-4/00 - Coleta de resíduos não perigosos
- 4751-0/03 - Comércio Varejista de embalagens de papel e papelão
- 4789-0/99 - Comércio Varejista de embalagens em geral
- 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
- 4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos



3821-1/00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
 3822-0/00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos
 5240 -1/01 - Operação de aeroportos e Campos de Aterrissagem;
 5240-1/99 - Serviços de Movimentação de Cargas e Bagagens em Terminais Aeroportuários (Aeroportos);
 5231-1/02 - Atividades de operador portuario;
 5231-1/02 - Serviços de carga e descarga de embarcações;
 5240 1/99 - Serviço de Limpeza de Interiores de Aeronaves;
 5215-5/00 - Serviços de movimentação de carga;
 5212-5/00 - Serviços de Carga e descarga com locação de mão de obra e equipamento de movimentação ao contratante;

§ Único: O estabelecimento filial mantido pela sociedade desenvolve as mesmas atividades da matriz.

Cláusula 5ª - A sociedade iniciou as atividades em 17 de Outubro de 2011, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL - DAS QUOTAS - DOS QUOTISTAS E RESPONSABILIDADES:

Cláusula 6ª - O capital social da sociedade, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), dividido em 3.000.000 (três milhões) de quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma e, é distribuído entre os sócios da seguinte forma:

QUOTISTAS	QUOTAS	VALOR (R\$)	PERCENTUAL
SJDC PARTICIPAÇÕES S.A.	1.800.000	1.800.000,00	60
MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A.	1.200.000	1.200.000,00	40
TOTAL	3.000.000	3.000.000,00	100

O Sócio **SJDC PARTICIPAÇÕES S.A.**, já qualificado no preâmbulo, que é possuidor de 1.800.000 (Um Milhão e oitocentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada quota, perfazendo o total de R\$1.800.000,00 (Um milhão e oitocentas mil) reais, neste ato possui subscritas 1.140.000 (Um milhão e cento e quarenta mil) quotas de R\$1,00 (Um real) cada quota perfazendo o valor de R\$1.140.000,00 (Um milhão e cento e quarenta mil reais) e fará a integralização do restante das 660.000 (Seiscentos e sessenta mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (Um real) cada quota, correspondente a R\$660.000,00 (Seiscentos e sessenta mil reais) até a data de 31/12/2022.

O Sócio **MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A.**, já qualificado no preâmbulo, que é possuidor de 1.200.000 (Um Milhão e duzentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada quota, perfazendo o total de R\$1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais) neste ato possui subscritas 760.000 (Setecentos e sessenta mil) quotas de R\$1,00 (Um real) cada quota perfazendo o valor de R\$760.000,00 (Setecentos e sessenta mil reais) e fará a integralização do restante das 440.000 (Quatrocentos e quarenta mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (Um real) cada quota, correspondente a R\$440.000,00 (Quatrocentos e quarenta mil reais) até a data de 31/12/2022.

Assim, o Capital Social integralizado é de R\$ 1.900.000,00 (Um milhão e novecentos mil reais) e a ser integralizado até 31/12/2022 o valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) em moeda corrente nacional.

Cláusula 7ª - As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser

[Handwritten signatures and initials]



caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas totais ou parcialmente, a qualquer título, salvo com autorização de sócios representativos da totalidade do capital social.

Cláusula 8ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ Único: Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO III

DO AUMENTO DE CAPITAL - CESSÕES DE QUOTAS - FALECIMENTO DE SÓCIOS E DA REDUÇÃO DE CAPITAL:

Cláusula 9ª - Em caso de aumento de capital social, os quotistas terão preferência para subscrição, em igualdade de condição e na exata proporção das quotas que possuírem no capital social.

Cláusula 10ª - Caso um dos sócios queira ceder suas quotas parcial ou totalmente, neste último caso, retirando-se da sociedade, a esta deverá comunicar por escrito sua decisão, com antecedência de 60 (sessenta) dias, mencionando o preço estipulado, e as condições de pagamento, a fim de que os demais sócios possam, a partir da data de recebimento da comunicação, exercer, em igualdade de condições, o direito de preferência na aquisição das quotas do sócio cedente ou retirante.

§ Único: Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem a manifestação dos quotistas remanescentes, as quotas do sócio cedente ou retirante poderão ser livremente transferidas a terceiros.

Cláusula 11ª - Não convido aos sócios remanescentes o ingresso na sociedade do adquirente das quotas do sócio cedente ou retirante, o capital social será diminuído no valor do capital cedido, devendo a sociedade pagar ao sócio cedente ou retirante, o preço estipulado na comunicação, em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, a partir do encerramento do exercício social em que ocorrer a comunicação.

Cláusula 12ª - Em caso de falecimento, saída (dissolução parcial) exclusão, incapacidade civil, extinção e/ou falência/insolvência de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, devendo continuar com os sócios remanescentes, a menos que estes resolvam liquidá-la.

§ Primeiro: Mediante a concordância dos sócios remanescentes, os herdeiros/sucessores poderão ingressar na sociedade, caso não haja impeditivos legais, os quais, nela se farão representar por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais enquanto indiviso o quinhão respectivo.

§ Segundo: Caso os herdeiros/sucessores não tenham interesse em ingressar na sociedade ou, os sócios remanescentes não os admitir, os haveres do sócio falecido, depois de apurados, serão pagos em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira, 90 (noventa) dias depois de apresentada à sociedade, a autorização judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive perante o Registro Público do Comércio.

Cláusula 13ª - Nas hipóteses previstas na cláusula 12ª supra, o valor das quotas a serem pagas será obtido através de avaliação patrimonial, apurada através de balanço especialmente levantado para tal fim.

Cláusula 14ª - Ficam facultados, mediante consenso unânime entre os sócios remanescentes, herdeiros/sucessores e sócios cedentes ou retirantes, outras condições de pagamento, desde que, não afetem a situação econômico-financeira da empresa.

Cláusula 15ª - Em caso de diminuição do capital, será proporcional e igual para cada quota.



22

CAPÍTULO IV
DO EXERCÍCIO SOCIAL - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DESTINAÇÃO DOS LUCROS E
PREJUÍZOS E DA CONTABILIDADE:

Cláusula 16ª - O exercício social coincidirá com o ano civil.

Cláusula 17ª - Ao final de cada exercício social, proceder-se-á a verificação dos lucros e prejuízos, levantados pelo inventário, balanço patrimonial e de resultado econômico, podendo ainda ser levantado balanços e/ou balancetes intermediários, em períodos inferiores a 12 meses. (mensal, trimestral ou semestral) adotando-se sempre, o que dispõe os artigos 176 a 191, respectivamente da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), e as demais disposições legais e técnicas pertinentes à matéria.

Cláusula 18ª - Os lucros apurados, após a prestação de contas pelo Administrador, serão atribuídos em partes iguais a cada uma das quotas, cabendo a cada um dos sócios, tantas partes quantas possua integralizado na sociedade, exceto se deliberado de forma diversa em reunião ou assembleia pela totalidade dos sócios quotistas, podendo, ainda, a critério dos sócios, ficarem em reservas na sociedade.

§ Único: A critério dos sócios quotistas, os lucros apurados poderão ser distribuídos aos componentes do capital social, a título de dividendos, em períodos inferiores a 12 meses, com base em balanços e/ou balancetes intermediários.

Cláusula 19ª - Os prejuízos que porventura se verifiquem, serão mantidos em conta especial para serem amortizados nos exercícios futuros, e, não o sendo, serão suportados pelos sócios, proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

Cláusula 20ª - A sociedade manterá os registros contábeis e fiscais necessários.

CAPÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO - PODERES - LIMITES - OBRIGAÇÕES - REMUNERAÇÃO E
DESTITUIÇÃO:

Cláusula 21ª - A sociedade será administrada por 02 (dois) Administradores, quotistas ou não, residentes no país, eleitos a qualquer tempo pelos sócios, com mandato por prazo indeterminado, que terão todos os poderes e atribuições que a lei lhes confere para a plena administração dos negócios sociais, tendo poderes plenos para representar a sociedade ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, proceder à alienação, no todo ou em parte, do patrimônio social e de seu fundo de comércio, enfim, para dar qualquer destinação adequada ao patrimônio social, sempre respeitando a proporcionalidade da participação no capital social, quando do rateio dos resultados operacionais entre os quotistas.

§ Primeiro: Os Administradores poderão praticar isoladamente ou em conjunto os atos de representação, gestão e administração da sociedade. Os sócios poderão diante de instituições bancárias promover abertura de conta, assinar contratos, assinar cheques, contratar financiamentos ou qualquer outro documento de crédito ou fiança.

Cláusula 22ª - São expressamente vedados, sendo nulos e inoponíveis com relação à Sociedade, os atos praticados por quaisquer dos sócios, administradores, mandatários, representantes ou funcionários da Sociedade, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social ou, em favorecimento pessoal destas ou de outras pessoas, como concessões de fianças, avais ou outras garantias em favor de interesse de terceiros, sob pena de responsabilidade pessoal e ilimitada pelo excesso de mandato e pelos atos praticados em violação a esta cláusula, salvo se autorizado pela totalidade dos sócios quotistas.



29

Cláusula 23ª - Em casos de ausência, licença ou impedimento temporário, os Administradores poderão fazer-se substituir no desempenho de suas atribuições, através da constituição de mandatários, sócios ou não, com poderes e funções devidamente atribuídas em instrumento próprio. Ocorrendo vacância, afastamento, renúncia ou impedimento, definitivo, deverá de imediato ser convocada Reunião de Quotistas que elegerá o novo Administrador.

Cláusula 24ª - Fica expressamente prevista a possibilidade de Administrador não sócio, que será investido no cargo mediante lavratura de instrumento competente, o qual, após devidamente registrado/arquivado no Registro Público do Comércio, valerá como comprovante adequado da nomeação, submetendo-se ainda, às mesmas condições estabelecidas neste instrumento.

Cláusula 25ª - Os sócios que trabalharem na administração da sociedade perceberão, a título de pró-labore, uma quantia fixa mensal estabelecida de comum acordo entre os sócios no início de cada exercício social que, será creditada em conta corrente, de onde será retirado de acordo com a disponibilidade financeira da sociedade até o máximo de seu crédito, exceto se deliberado de forma diversa em reunião ou assembléia de quotistas.

Cláusula 26ª - Até o final do mês de abril de cada ano, os Administradores são obrigados a prestar aos sócios quotistas, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como, o balanço patrimonial e o de resultado econômico, na forma da Cláusula 16ª deste instrumento.

Cláusula 27ª - Ocupam os cargos de Administradores desta sociedade, os administradores não sócios **SANDRA MARTA BALBINOT**, brasileira, casada no regime de Comunhão parcial de bens, natural de Chapeco, SC, nascida em 21/07/1976, empresária, residente e domiciliada na cidade de Chapeco, SC, na Rua Montevideo, n.º 20 E, Bairro Maria Goretti, CEP: 89801-455, portadora da Cédula de Identidade n.º 2759492 SESPDC/SC e do CPF sob o n.º 018.815.809-03 e **JEFERSON DOACYR BALBINOT**, já anteriormente identificado e qualificado.

§ Único: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, (§ 1º do art. 1.011 da Lei 10.406/02, Código Civil Brasileiro).

Cláusula 28ª - Os Administradores poderão ser destituídos de suas funções a qualquer tempo, devendo-se para tanto, ser observado o quórum e demais formalidades exigidas pela legislação vigente, especialmente quanto ao registro de tais deliberações perante o Registro Público do Comércio.

CAPÍTULO VI **DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS E DAS REUNIÕES DOS SÓCIOS:**

Cláusula 29ª - As deliberações dos sócios, para os fins previstos em lei, ou sempre que os interesses da sociedade exigirem serão tomadas em reunião, na qual, cada quota do capital social corresponderá a 01 (um) voto.

§ Único: Será realizada ao menos 01 (uma) reunião de sócios por ano, até o final do mês de abril, objetivando deliberar sobre as matérias previstas no artigo 1.078 da Lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).

Cláusula 30ª - As reuniões de sócios serão convocadas pelos Administradores ou, na ausência deste,



pelos sócios nos casos previstos em lei, com 08 (oito) dias de antecedência, através de carta registrada, fax, e-mail ou por aviso entregue pessoalmente aos sócios, contra recibo.

§ Único: Serão dispensadas as formalidades de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia

Cláusula 31ª - Os sócios poderão ser representados nas reuniões por outro sócio ou por procurador devidamente constituído em instrumento próprio, com poderes para tanto, devendo dito instrumento, ser levado a registro juntamente com a Ata da Reunião.

Cláusula 32ª - O quórum de instalação da Reunião, bem como o quórum para aprovação das deliberações, serão aqueles determinados pela legislação vigente.

Cláusula 33ª - Em livro próprio de registro de Atas de reuniões de sócios, será lavrada de forma sumária a Ata dos trabalhos, contendo as ocorrências e deliberações dos sócios, devendo ao final, ser assinada pelos membros da mesa e pelos sócios presentes.

Cláusula 34ª - As reuniões tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

Cláusula 35ª - Fica expressamente prevista a possibilidade de exclusão de sócios por justa causa, desde que, observado o quórum e os demais procedimentos exigidos pela legislação vigente à época da exclusão.

Cláusula 36ª - As deliberações tomadas em conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CAPÍTULO VII

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 37ª - A sociedade será dissolvida nos casos previstos em lei, observando-se sempre, o que a legislação vigente à época dispuser. Na liquidação os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação das obrigações sociais e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios proporcionalmente ao número de quotas que cada um possuir integralizadas na sociedade. Ao fim do processo de liquidação, a Sociedade será considerada extinta.

Cláusula 38ª - A sociedade manterá um departamento técnico, quando exigido por lei, com pessoal habilitado e na forma da legislação vigente, inscritos nos órgãos competentes, que se responsabilizará pelo desenvolvimento das atividades e pelos serviços prestados pela empresa.

Cláusula 39ª - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, para as questões oriundas do presente contrato.

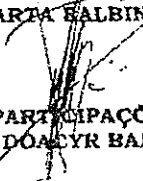
Revogam-se as disposições contidas no Instrumento Contratual original e alteração posterior, passando a Sociedade a ser regida somente por este Instrumento.



E por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento em 01 (uma) via de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.


Barra do Piraí, RJ, 20 de fevereiro de 2020.


MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A.
SANDRA MARTA BALBINOT


MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A.
JEFERSON DOACYR BALBINOT


SANDRA MARTA BALBINOT
Administrador não sócio


SJDC PARTICIPAÇÕES S.A.
SANDRA MARTA BALBINOT


SJDC PARTICIPAÇÕES S.A.
DAYANE CRISTINA KEIHL BALBINOT


JEFERSON DOACYR BALBINOT
Administrador não Sócio





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM

RJP2000042212

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
14.470.588/0001-51

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

244 Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)

247 Alteração de capital social

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: RJ68513738 - 14470588000151

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☒ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável

☐ Preposto

NOME
JEFERSON DOACYR BALBINOT

CPF
034.244.159-01

LOCAL E DATA

ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA
UNIDADE CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM
RJP2000042308

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
14.470.588/0002-32

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

244 Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)

Número de Controle: RJ06016480 - 14470588000232

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável

☐ Preposto

NOME
JEFERSON DOACYR BALBINOT

CPF
034.244.159-01

LOCAL E DATA

ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA
UNIDADE CADASTRADORA


Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir




CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



2162184934

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2162184934

NOME
SANDRA MARTA BALBINOT

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF
2759492 SSP SC

CPF
018.816.809-03

DATA NASCIMENTO
21/07/1976

FILIAÇÃO
DORACYR BALBINOT
GILSE ANA VANZELLA BALBINOT

PERMISSÃO
[]

ACC
[]

CAT. HAB
B

Nº REGISTRO
01425229239

VALIDADE
31/05/2025

1ª HABILITAÇÃO
16/06/1997

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CHAPEIRO, SC

DATA EMISSÃO
21/09/2025

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

53461656407
30157315070

SANTA CATARINA

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE





Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
NOME JEFFERSON ROACYR BALBINO					
		DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSORAUF 130474920 SESP PR			
		CPF 034.244.159-01		DATA NASCIMENTO 27/10/1981	
		FILIAÇÃO ROACYR BALBINO			
		GILSE ANA VARELLA BALBINO			
Nº REGISTRO 11006012266		VALIDADE 09/12/2031		Vº HABILITAÇÃO 17/12/1999	
OBSERVAÇÕES					
ASSINATURA DO PORTADOR					
LOCAL FLORIANÓPOLIS, SC		DATA EMISSÃO 03/12/2021			
ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO					
64461856802 SC169555763					
SANTA CATARINA					
DENATRAN			CONTRAN		

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, **SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **14.470.588/0001-51**, estabelecida na Rua Um, nº 250, Bairro São Francisco, Distrito Califórnia, Barra do Piraí/RJ e **SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA (filial)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **14.470.588/0002-32**, com endereço na Rua Poaçu, s/n, CEP nº 26.373-205, Campo Alegre, no município de Queimados/RJ, neste ato representadas pela Sra. Sandra Marta Balbinot, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG sob nº 2759492, inscrita no CPF sob nº 018.815.809-03, residente e domiciliada em Chapecó/SC, nomeiam e constituem seu representante, o Sr. **SEDENIR BALBINOT**, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 3238372 e do CPF nº 015.322.939-09, residente e domiciliado na cidade de Queimados/RJ, a quem são conferidos poderes específicos para representar as empresas outorgantes a participar de licitações, em especial para firmar declarações, atas e contratos administrativos e contratos de prestação de serviços, formular lances, negociar preços, assinar propostas, interpor recursos, impugnações e desistir de sua interposição, realizar visita técnica e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame licitatório, bem como, poderes específicos para assinar todo e qualquer documento contábil, tais como livros contábeis, livro diário, termo de abertura e encerramento, balanço, DRE, índices contábeis, entre outros. São conferidos também poderes para representar as empresas outorgantes junto a Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais e Autárquicas (inclusive DETRANS), bem como órgãos ambientais (inclusive INEA), declarando e assinando o que se fizer necessário; assinar livros e documentos fiscais; assinar contratos (inclusive de locação, telefonia, energia elétrica e afins), com exceção de contratos que envolvam alienação de quotas e de quaisquer bens da outorgante; contratar e demitir empregados, fixando-lhes atribuições e ordenamentos, bem como promover a homologação de rescisões junto aos Sindicatos e Ministérios do Trabalho; assinar contratos de trabalho e carteiras de trabalho; liquidar litígios trabalhistas; fazer acordo na Justiça Especializada do Trabalho; para ser preposto em ações judiciais gerais (trabalhistas, cíveis, penais, ambientais); receber e dar quitação; assinar pedidos e faturas de compras efetuadas; usar dos poderes contidos nas cláusulas "Ad-Negotia", "Ad-Judicia et Extra" e mais os para concordar, discordar, abater, confessar, desistir, transigir, firmar compromissos, acordar, novar, requerer e dar quitação. Este documento possui prazo de validade de 24 (meses) a contar da data de assinatura.

Chapecó/SC, 01 de junho de 2021.

12 TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS
ILVÂNIO LOSS PORTO - TABELIÃO
Rua Barão do Rio Branco, 133-D
Centro - 89.801-030 - Chapecó/SC
cartorio@cartorioporto.com.br
49 3322.0702

SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA
CNPJ sob nº 14.470.588/0001-51
CNPJ nº 14.470.588/0002-32 (filial)
Sandra Balbinot

10 TABELIONATO
CHAPECÓ-SC

RECONHEÇO por AUTENTICAÇÃO a(s) firma(s) de:
SANDRA MARTA BALBINOT que assina por
SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA.
Chapecó/SC, 01 de junho de 2021.
Em testemunha da verdade,
GUSTAVO MARCHIORI MUNIZ DE
OLIVEIRA - Escrevente
Emissão: 3,52 - Selos: 2,82 - ISS: 0,00 = R\$6,34
Selo Digital de Fiscalização do tipo: Normal
CD05676-R3VO
na BR 806/538, Cartório de Registro de Imóveis

OUVIDORIA:

www.servioeste.com.br

Para os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/118390207214450451428>

RTÓRIO
Autenticação Digital Código: 118390207214450451428-1
Data: 02/07/2021 14:25:34
Valor Total do Ato: R\$ 4,66



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(51) 3264.5404 - cartorio@azevedobastos.not.br

Serviço de Cartões/RS
Rua Osvaldo Gama 255, Bairro São João, CEP 91.400-037 - Canoas/RS
Fone: (51) 3472-3033 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br

Serviço de Barra do Piraí/RJ
Rua 1, N° 250, Bairro São Francisco, Distrito Califórnia, CEP 27.103-200 - Barra do Piraí/RJ
Fone: (24) 4059-3261 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br

Serviço de Queimados/RJ
Rua Poaçu 205, Bairro Campo Alegre, CEP 26.373-205 - Queimados/RJ
Fone: (21) 2563-1168 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br

Serviço de Campos dos Goytacazes/RJ
Rua Carlos Drummond de Andrade, N° 50, Loja 01 - Fm. Nogueira - Centro - União dos Reis, CEP 28.010-900
Campos dos Goytacazes/RJ | Fone: (22) 3159-3503 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br

Serviço de Patos de Minas/MG
Estrada Patos de Minas / Bussara Km 17,5, S/N, Zona Rural, Caixa Postal 22, CEP 38.700-470
Patos de Minas/MG | Fone: (41) 3922-7401 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em sexta-feira, 2 de julho de 2021 14:28:53 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 02/07/2021 15:57:54 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 118390207214450451428-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ nº 003/2014 e Provimento CNJ nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05be5db7fa3f70017aa572f545cbd9b8ad3a487eb159cc531dcbca9b737f3b3768116ee982c42c43139afc765a18fd2d610e6a88d08e6f74bd95b169002762b1841



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 21/05/2021 10:17:13 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

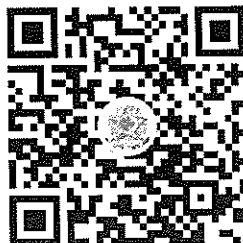
¹Código de Autenticação Digital: 118392105219059964206-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b9638f07f147e93886df49989d5b060c703c65c26038d2061ac8da04df892f0b11d0b06d3793475207a1ce5a2b35f4755e6a88d08e6f74bd95b169002762b1841



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.290-2
de 24 de agosto de 2001.





Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 17.142/2021

FLS. 35 RUBRICA

PROCESSO DE ORIGEM Nº 17.142/2021

Processo de Impugnação nº. 5408/2022

Impugnante: SERVIOSTE RIO DE JANEIRO LTDA.

OBJETO: SERVIÇO DE COLETA TRADICIONAL E CONTEINERIZADA COM TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES; COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO, TRITURAÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE; COLETA E TRANSPORTE DE INSERVÍVEIS E VOLUMOSOS; DESOBSTRUÇÃO DE REDES E GALERIAS PLUVIAIS E REMEDIAÇÃO E OPERAÇÃO DE ATERRO CONTROLADO

Trata o presente processo em epigrafe de apresentação de impugnação ao edital de Concorrência Pública sob o nº 001/2022, no qual tem por objeto a contratação de empresa especializada no serviço de coleta tradicional e containerização, conforme especificações contidas no Edital de Licitação.

A peça de impugnação apresentada possui 13(treze) páginas, acompanhadas de documentos acostados (procuração, IFP, CNPJ, Ato constitutivo e procuração).

Assim se manifesta, em síntese, em sua peça na seguinte forma:

1. alega o que foi estabelecido no item 1 do edital é restritiva;
2. no pedido final requer pelo acolhimento integral do requerido.
3. É o Relatório.

Da Análise.

É de se registrar desde logo, que a peça de impugnação apresentada não alcança em sua exposição fatos e fundamentos necessários para acolhimento.

Senão vejamos:

Por oportuno, é de se registrar desde logo, que a Administração na elaboração do edital de licitação, ampara-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, elucidado no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, e art. 3º da Lei nº 8.666/93, especialmente no que se refere à legalidade do ato administrativo e respeito ao princípio da



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

930435 - 2

5408/22
PROCESSO Nº 17.142/2021
FLS. 36 RUBRICA

ampla competitividade, visto que é cautelosa no sentido de obter proposta mais vantajosa, visando garantir a eficácia e eficiência dos serviços a serem contratados pela Administração.

Inicialmente, cabe ressaltar que, os serviços aqui almejados, visam a limpeza e o remanejo de resíduos sólidos produzidos pelo nosso Município, que serão combinadas as atividades específicas do objeto, pela implantação de infraestrutura, logística de trabalho e por instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequadas dos resíduos sólidos domiciliares coletados.

Os serviços desejados por esta contratação, bem como suas especificações e quantitativos, foram devidamente calculados e pautados no processo anterior (2017), que se verificou acertada a forma de contratação.

Dentre os diversos serviços de características contínuas/imprescindível que uma determinada Administração Pública tem a obrigação de contratar, a coleta e tratamento de lixo se enquadra como um deles. Existem vários motivos plausíveis pelos quais justifica-se tal contratação, a seguir determinaremos os principais motivos de contratar uma única empresa qualificada para a prestação do objeto em questão. Vejamos:

Trata-se dos resíduos aglomerados às margens de cursos de água em geral ou de canais de drenagem e em encostas de morros. Devido ao acúmulo de tais resíduos, acaba-se por ocorrer problemas como: assoreamentos e deslizamento.

Um dos maiores problemas que vem ocorrendo no cenário mundial, é a poluição da atmosfera de nosso planeta e um dos principais problemas desta situação é a queima descontrolada de lixo a céu aberto. Esta queima, libera gases tóxicos na atmosfera causando uma série de danos à saúde dos seres vivos em geral e degradação do meio ambiente. O lixo acumulado também ocasiona a contaminação química dos lençóis de água de nosso Município.

Outro fator gerando pela falta de coleta de lixo são os riscos biológicos, pois lixo acondicionado de forma errada ou acumulado a céu aberto acaba por se tornar possíveis focos de proliferação de diversos vetores transmissores de doenças tais como ratos, baratas, moscas, dentre outros.

Do ponto de vista estético, uma Cidade a qual possui uma exposição acentuada de lixo acumulado em seus espaços urbanos, gera, a sua população e visitantes (turistas) transtornos, tanto pelo fator mau cheiro, quanto pela poluição visual e degradação do



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

930435-2

12

5408/12
PROCESSO Nº 17.142/2021

FLS. 37 RUBRICA

espaço onde o lixo é jogado. Isso gera um atraso nas atividades da cidade em especial a nossa por se tratar de uma cidade turística.

Do ponto de vista do aspecto econômico, a contratação de uma única empresa, gera além de economia, gera também uma Cidade que tenha uma coleta de lixo regular e de qualidade, limpeza desobstrução de redes e galerias pluviais, acaba por obter economias indiretas em seus custos, pois, uma cidade limpa, gera menos poluição de seu ambiente urbano (solo e águas) fazendo com que sua população tenha uma maior qualidade de vida gerando assim, menos despesas para curar doenças e descontaminar o meio ambiente. Outro fator econômico é a reciclagem do lixo, onde a Prefeitura poderá criar parcerias com os catadores da região, gerando emprego e renda a sua população.

Portanto, justifica-se manter o referido objeto em um único contrato, pois o mesmo tem por finalidade garantir que o nosso Município tenha em seu âmbito territorial os serviços básicos de limpeza em geral e conservação de suas áreas, permitindo uma limpeza urbana de qualidade e mantendo a higiene das áreas públicas da cidade com atitude que envolvem: ação de saneamento, preservação da saúde e de nosso meio ambiente com inserção de atitudes planejadas e adequadas tecnicamente, assegurando a nossa população que a prestação dos serviços contratados sejam oferecidas com a devida qualidade, eficiência e principalmente economia.

A contratação em um único processo visa o desenvolvimento dos serviços almejados e sejam executados em conformidade com os princípios básicos do desenvolvimento ambiental sustentável, contribuindo para obtermos uma cidade mais bonita, além da limpeza urbana ocasionar automaticamente reflexos diretos na saúde pública do município e na preservação do nosso meio ambiente, tudo isso junto, resultado em mais qualidade de vida a nossa população.

Mediante ao exposto acima, temos a real necessidade de efetuar a contratação de única empresa especializada em limpeza pública, por se tratar de serviço básico/essencial e de característica continua para manter a funcionalidade de nossa Cidade.

Além disso, é de responsabilidade do nosso Executivo Municipal, efetuar a contratação em tela, tendo em vista que a Prefeitura Municipal de Saquarema, não possui em sua estrutura administrativa, um quadro de profissionais adequados/específicos para oferecer os serviços básicos de limpeza/conservação, de modo a obtermos uma cidade limpa e conservada.

Diante de todo contexto descrito, fica evidente a imperatividade que a Administração Pública possui em manter a limpeza do Município, tornando-se imprescindível a



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

5408/22 930435-2 (R)
PROCESSO Nº 17.142/2021

FLS 38 RUBRICA

concretização deste procedimento licitatório em um único processo, pois trata-se do melhor meio em garantirmos um tratamento igualitário entre as empresas interessadas, de modo a preservamos o princípio da impessoalidade, da isonomia e da moralidade, obtendo-se propostas que sejam vantajosas a Administração Pública de Saquarema, pois, caso contrário, teríamos de mobilizar uma demanda maior de servidores para fiscalização e monitoramento de várias empresas simultaneamente, o que traria danos econômicos aos cofres da cidade.

Logo, é critério discricionário da Administração buscar o melhor serviço a ser prestado para a população usuária do serviço, bem como um melhor controle e acompanhamento desses serviços.

Por tudo isto, com a *máxima vênia*, o texto das cláusulas editalícias é claro e atende os ditames legais e não limita a competitividade de interessados.

Assim, nos termos e fundamentos ora exposto, ficam assim, esclarecidos as questões arguidas.

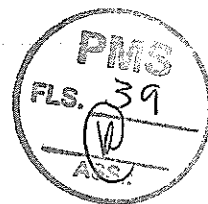
Dê ciência a interessada, via e-mail.

Saquarema, 28 de março de 2022.


Samuel Aranda Neto

Presidente da Comissão de Licitação

Assunto: **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022**
De: Licitação Saquarema <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Para: <juridico02@servioeste.com.br>
Responder para <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Responder para <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Data: 28/03/2022 16:33



- Resposta a impugnacao servioeste_03282022153118.PDF (~156 KB)

Prezados, boa tarde!

Encaminho anexo resposta à impugnação protocolada, referente à concorrência pública nº 001/2022.

--

Favor notificar o recebimento do mesmo. A confirmação do recebimento pode ser enviada por e-mail - licitacao@saquarema.rj.gov.br.

Agradecemos a compreensão.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Rua Coronel Madureira - 77 - CENTRO - SAQUAREMA/RJ
CEP: 28990-756
Tel.: (22) 2655 - 6400 R.215.
Nosso e-mail: licitacao@saquarema.rj.gov.br